

GRUPO DE TRABALHO PARA ANÁLISE DA PROBLEMÁTICA DOS
INCÊNDIOS FLORESTAIS

22 de janeiro de 2014 (2)

Ordem de trabalhos:

Audição: Srs. Prof. Doutor Joaquim Sande Silva (Escola Superior Agrária de Coimbra) e Eng.º Domingos Patacho (Representante da QUERCUS) e Eng.º João Camargo (Representante da LPN).

SEM REVISÃO FINAL

O Sr. **Coordenador** (António Filipe): — Muito bom dia, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 5 minutos.

Alterámos um pouco as coisas porque o Prof. Joaquim Sande Silva só agora se pôde juntar a nós — agradecemos muito a sua presença — é professor da Escola Superior Agrária de Coimbra, e temos também connosco para esta audição o Eng.º Domingos Patacho, da Quercus, e o Eng.º João Camargo dos Santos, da Liga para a Proteção da Natureza.

Ora bem, a metodologia que temos seguido é a seguinte: os Srs. Deputados colocarão questões que entendam pertinentes — segundo a nossa metodologia 5 minutos a cada um dos Srs. Deputados para poderem colocar as questões que entendam — e depois prevemos uma intervenção de 15 minutos para cada um dos nossos convidados — isto indicativamente. Portanto, se concordarem com esta metodologia, convido os Srs. Deputados a colocar as questões que entendam e depois então passamos às vossas intervenções. Vamos por ordem decrescente, Sr. Deputado Pedro Lynce quer começar — vamos deixar o senhor relator para o fim.

Sr. Deputado Pedro Lynce, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Lynce** (PSD): — Começo por cumprimentar os nossos colaboradores, que eventualmente serão talvez a coisa mais importante. Provavelmente, acho que talvez vale a pena dizer que nós não estamos aqui para crucificar ninguém, estamos apenas a procurar — tanto quanto possível, sob o ponto de vista legislativo — algo que possamos mudar, de

modo a atenuar os efeitos dos fogo, e confesso sinceramente que seria fácil termos aqui uma série de perguntas que se podiam fazer, designadamente ordenamento, prevenção, uso de fogo controlado, formação e investigação, enfim, há aqui uma série de coisas. Sinceramente, em 5 minutos, e para não estar a demorar muito, vou apenas — com toda a franqueza — escolher uma, e a escolha, como vocês calculam, é o ordenamento, nomeadamente o aspeto da prevenção. Há uma pergunta que já foi feita por um colega meu, mas eu penso que eles não se vão importar, tanto mais que nós temos trabalhado em conjunto, porque 5 minutos — como vocês calculam —, atendendo à importância da matéria, é pouco, que era o papel da política florestal em relação ao ordenamento, era isto que eventualmente... o que é que vos parece, se há correções a fazer, se não há correções a fazer. Limiteme, neste momento, já pus aos outros colegas anteriores outras situações, fogo controlado, e estou certo de que os meus colegas provavelmente vão cobrir toda a matéria de modo a que não ultrapassemos os 5 minutos, está certo?

O Sr. **Coordenador**: — Sr. Deputado Abel Baptista.

O Sr. **Abel Baptista** (CDS-PP): — Quero saudar os nossos convidados e o facto de se disponibilizarem a dar-nos aqui a opinião e o conhecimento que têm sobre esta matéria. Eu deixava ficar aqui duas ou três questões muito focadas na área sobretudo da parte das áreas protegidas, do Parque Nacional da Peneda-Gerês e algumas questões que já nos foram aqui também trazidas por algumas das pessoas que já ouvimos aqui. Nestas áreas — porque são áreas protegidas ou porque é um parque nacional — há suscetibilidades ambientais e há questões mais prementes que numa área de exploração florestal diferente onde, obviamente, se não está classificada, é

porque é possível fazer aí um tipo de exploração florestal que não tenha tanto a ver com a preservação dos aspetos mais importantes da área ambiental. Não estou a dizer se está bem ou mal, estou apenas a dizer só por causa disso. Foi-nos colocado aqui, sobretudo por alguns dos incêndios ocorridos no Parque Nacional da Peneda-Gerês em áreas classificadas de reserva total, que os incêndios acabaram por ter algum progresso exatamente porque não é possível, ou a legislação não permite, intervenções anteriores no âmbito da prevenção. Ora, gostava de ouvir a opinião de quem é muito desta área — porque é fundamental nós termos aqui todos os dados em cima da mesa para podermos conversar — é se, às vezes, nesta questão da prevenção total, e no caso do Parque Nacional da Peneda- Gerês há ali situações muito complexas, não só por questões de natureza da flora mas também até por causa da vida animal — estou-me a lembrar por causa do lobo por exemplo, até — se não era necessário termos aqui algum planeamento um pouco diferente. Não estou a expressar nenhuma opinião, quero que fique claro, estou apenas a pôr a questão.

Depois a outra matéria que gostava de ouvir a vossa opinião tem a ver com o uso de algumas ferramentas que são muito defendidas por muitas pessoas e que eventualmente causam também questões ambientais, nomeadamente fogo controlado e contrafogo, porque o fogo é um elemento que, sendo natural, nalgumas circunstâncias é uma agressão a muitos aspetos da questão ambiental. Agora se ele, na vossa perspetiva, é um instrumento que deve ser utilizado, e esta utilização não só como forma de supressão, como meio de combate, mas também como meio de prevenção, nomeadamente fazendo na gestão de combustíveis, eliminando-os previamente a uma altura em que ele seja eliminado descontroladamente. Gostava de ouvir a vossa opinião relativamente a estas duas matérias.

O Sr. **Coordenador** (António Filipe): — Sr. Deputado João Ramos, tem a palavra.

O Sr. **João Ramos** (PCP): — Começo por cumprimentar os nossos convidados e tenho três ou quatro questões mais genéricas, porque sei que também o relator do grupo colocará questões mais incisivas relativamente a algumas matérias.

A primeira é: gostava de ouvir a vossa perspetiva sobre a relação das políticas florestais com esta problemática dos incêndios, porque nós recorrentemente ouvimos dizer que temos mais incêndios, ou que são incêndios mais intensos, o problema teima em não se resolver, mas que as responsabilidades são das alterações climáticas, é dos incendiários e pouco se fala na responsabilidade das políticas florestais e das opções florestais para o nosso país, e por isso gostava de ouvir uma boa opinião sobre isso, nomeadamente agora que estamos num processo de fomento florestal, até com este Decreto-Lei da florestação e da reflorestação — claramente um processo de fomento florestal quando não está resolvido ainda a montante o processo de uma gestão adequada. Por outro lado, também neste processo, como é que se articula aqui as fileiras florestais, nomeadamente o problema e a relação entre a comercialização e a produção, e que efeito é que isso tem numa correta gestão florestal.

A segunda questão tem a ver com os modelos, nomeadamente os modelos de combate. Qual é a vossa perspetiva, o modelo assenta numa múltipla intervenção, há um conjunto grande de estruturas e de entidades que intervêm em matéria de incêndios florestais — se isso vos parece que é correto e se está a funcionar bem essa articulação, por outro lado — e também, prendendo-se diretamente nomeadamente com as entidades de carácter ambiental, aqui há uns anos houve a opção de acabar com o corpo

de guardas florestais, o que nós vimos no território é que os guardas florestais tinham um conhecimento como nenhuma outra estrutura depois veio a ter — em termos de conhecer o território, de conhecer os acessos. Por outro lado, o ICNF também já nos disse aqui que a entidade que define ou que é responsável pelas políticas florestais não ter um instrumento no território também não era o mais correto — isto relativamente aos modelos.

Terceira questão: relativamente à questão do abandono do mundo rural e o êxodo rural, que relação é que isto tem com estas matérias, porque o que nós vemos, olhando para os dados estatísticos, é que o maior número de ignições e nos distritos onde há um maior número de ignições é aqueles onde até, contrariamente, há um menor número de área ardida, e por isso que efeito e qual a importância da ocupação do território para intervirmos nesta matéria.

E por último, como também é sincero naquilo que é a vossa área de atuação, qual é a relação que existe neste momento. Nós já ouvimos anteriores oradores sobre esta matéria, qual é que é a relação entre a produção de conhecimento do nosso País e depois a definição das políticas ou das estratégias para a intervenção, se isso está a ser feito de uma forma correta ou se isso não existe e que efeitos é que tem.

O Sr. **Coordenador**: — Sr.^a Deputada Helena Pinto, que colocar questões?

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — A seguir.

O Sr. **Coordenador**: — A seguir? Sr. Deputado Miguel Freitas que é o relator deste Grupo de Trabalho — e por isso ficou para o fim — mas

depois a Sr.^a Deputada Helena Pinto, que acabou de chegar, terá oportunidade também, querendo, de colocar outras questões.

Sr. Deputado Miguel Freitas, tem a palavra.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Quero agradecer, naturalmente, também a vossa vinda e começar pelo dispositivo. Nós temos um dispositivo de combate que é claro, que conhecemos, com uma diretiva, mas não conhecemos qual é o dispositivo que existe em matéria de prevenção estrutural, isto é, existe uma diferença marcada entre a forma como se vê o combate, da forma como se vê a prevenção estrutural. Temos um conjunto de instituições que intervêm neste processo, mas não temos um nível de integração que, do meu ponto de vista, seria desejável. Gostava de ouvir o vosso comentário e a forma como devemos organizar, do ponto de vista institucional, a questão da prevenção estrutural.

Segunda questão: de forma organizada, no território, temos três grandes áreas: área pública, ZIF e baldios. Sobre estas três grandes áreas, digamos, existem planos de gestão florestal. Qual é, do vosso ponto de vista, os estrangulamentos que têm existido para que, nestas áreas, as coisas evoluam?

Terceira questão: responsabilidade civil, e coloca-se muito no quadro da questão que aqui foi colocada pelo Sr. Deputado Abel Baptista relativamente às questões da limpeza de matos, da limpeza do uso do fogo, e da ação coerciva que se pode e deve ter relativamente a esta matéria. No fundo, qual é o limite da responsabilidade do proprietário, porque as questões que colocaram são muito pertinentes isto é, há áreas onde o proprietário não deve limpar — é pelo menos assim que são as indicações do ponto de vista ecológico — até onde é que vai a responsabilidade civil e quem é que deve supervisionar a fiscalização. Essa é uma ação

essencialmente militar ou o ICNF teve ter aqui um papel mais preponderante relativamente a essa matéria?

Quarta questão: construção da rede primária. Qual é o papel que o ICNF deve ter nessa matéria? Isto é, nós sabemos que o ICNF nesta altura só tem competência nas suas áreas — nas áreas públicas —, sabemos que as ZIF têm responsabilidade na sua própria área, sabemos que os baldios têm responsabilidade, mas depois existem mais cerca de 2 milhões de hectares que não têm nenhuma entidade gestora desse território. Como é que o ICNF deve atuar — se deve atuar — nessa área na construção da rede primária, se é que do vosso ponto de vista a rede primária é estruturante e deve ser concretizada na medida daquilo que está programado.

Não vou colocar as questões do uso do fogo porque me parecem muito bem colocadas da forma como o Sr. Deputado Abel Baptista colocou na perspetiva da conservação da natureza, já que estamos aqui com duas entidades que têm uma sensibilidade especial para essa matéria.

Formação: quando falamos de fogos e em formação, falamos de formação de bombeiros. Ora bem, os outros agentes que intervêm nesta matéria — desde a prevenção até ao combate — todos os outros, não têm um défice maior de formação que os bombeiros? Isto é, nós devemos carregar a tónica do discurso da formação na escola de formação de bombeiros ou devemos encontrar aqui também uma maior incidência ao nível da formação das outras entidades?

Finalmente a componente da investigação, essa muito mais dirigida ao Sr. Prof. Sande Silva. Investigação dos fogos florestais se, do seu ponto de vista, aquilo que se tem feito é suficiente, e se existe ou não uma articulação entre a oferta e a procura. Basicamente, se essa articulação existe e se existe uma proximidade entre a oferta e a procura, nesta matéria dos fogos florestais.

O Sr. **Coordenador**: — Não sei se a Sr.^a Deputada Helena Pinto quer colocar já as questões.

Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, pretende colocar alguma questão agora?

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Peço imensa desculpa porque me atrasei, e entretanto...

O Sr. **Coordenador**: — Ou então vamos fazer o seguinte: vou dar a agora a palavra aos nossos convidados, e depois se houver mais alguma questão...

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Posso colocar só assim em 30 segundos...

O Sr. **Coordenador**: — Pode Sr.^a Deputada, se quiser.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Duas questões, eu depois colocarei outras eventualmente ou ouvirei naturalmente com atenção. Só gostava de saber que impacto é que consideram que pode existir, do regime de arborização e rearborização nesta matéria que aqui nos interessa, e portanto os incêndios florestais.

Eu gostava também de saber, ao nível das campanhas de prevenção que conhecem, qual é a eficácia que julgam que podem ou não ter relativamente ao fim que pretendemos atingir, e por outro lado, gostava de saber qual é o impacto que, na vossa perspetiva, as políticas que têm gerado

um despovoamento no mundo rural, têm ao nível do impacto dos incêndios florestais.

Pausa.

O Sr. Prof. **Sande Silva**: — Bom, são muitas perguntas e provavelmente não vou cobrir todas, mas permitam-me fazer uma pequena introdução antes de entrar nas perguntas diretamente. Eu vou fazer uma citação de um relatório da FAO de 2010 que diz o seguinte: «Os países que reportaram maior percentagem de área ardida durante o período em apreço (...)» — que ia de 2003 a 2008 se não me engano — «(...) foram o de Chade, o Botswana, o Gana, o Senegal e Portugal», ou seja, ao nível dos incêndios florestais nós estamos literalmente no terceiro mundo, e eu acho que isto é algo que nos devia envergonhar a todos, isto sem estar aqui a «apontar o dedo» a ninguém em particular. Portanto estamos literalmente no terceiro mundo em matéria de incêndios florestais. É bom, sobretudo quem tem o poder de decidir e de tomar decisões que, se quiserem eu envio o relatório aos Srs. Deputados, é na pág. 75, e portanto, eu já participei em muitas reuniões destas, em muitos congressos, em muitas palestras, dou aulas de incêndios todos os anos, portanto fala-se muito no País, escreve-se muito, legisla-se muito, mas aquilo que se faz resulta nisto: somos um País terceiro-mundista em matéria de incêndios, e eu até me atrevia a dizer mais, em matéria de floresta.

Dito isto, vou tentar então responder a algumas questões. Política *versus* ordenamento foi o Deputado Pedro Lynce. Eu acho que a política tem a ver com tudo não é, portanto eu também para colocar a questão em termos muito redondos, acho que, de facto, tem havido falta de vontade política para resolver as questões e colocar o «dedo nas feridas». A palavra

ordenamento é uma palavra perfeitamente oca e vã enquanto nós não conseguirmos sequer saber quem são os proprietários que temos no território nacional. Pronto, portanto está arrumado, não falo mais de ordenamento, não vale a pena falar mais de ordenamento sem passarmos por essa fase, que também revela o terceiro-mundismo do nosso País, porque tentem encontrar um país na Europa onde o Estado não sabe quem são os donos das terras. Tentem encontrar, não há paralelo.

A questão do fogo controlado colocada pelo Sr. Deputado Abel Baptista. Eu dou aulas de fogo controlado na escola, temos inclusivamente um curso de especialização tecnológica que dá credenciação em fogo controlado. Agora a verdade é que o fogo controlado tem os seus gurus, tem os seus defensores acérrimos e incondicionais, que acham que o fogo é uma panaceia que pode resolver, quer as questões da prevenção e do combate, e de facto as coisas não são bem assim. Aliás, vinha a falar com o Domingos Patacho antes de vir para aqui e haveria que repensar muito a questão de reduzir os combustíveis com fogo, ou seja, eu vou tentar ser acessível — não ser muito hermético na linguagem que vou usar —, mas as comunidades vegetais progridem num determinado sentido e portanto têm uma determinada evolução, de acordo com aquilo que nós designamos como sucessão ecológica. Quando nós colocamos fogo, nós estamos a regredir na sucessão ecológica, e portanto estamos a voltar ao início, ou seja, estamos a causar algo que não é sustentável durante muito tempo, porque rapidamente — sobretudo nas regiões mais produtivas do Norte — aquela vegetação vai novamente atingir o mesmo estado que tinha antes. Ou seja, é apenas um paliativo durante algum, enfim, é uma solução durante algum tempo mas que não é duradora. Se nós pensarmos ao contrário, e que está muito de acordo com a matriz cultural do País, diga-se de passagem, portanto somos um País essencialmente — como diz muita

gente e como muita gente gosta de dizer — de pastores e não de lenhadores, portanto fomos destruindo as florestas ao longo dos anos e pastando a vegetação que daí resultava, pastoreando, e portanto está muito de acordo com a matriz cultural do País. Nós preferimos sempre queimar a ter árvores altas e a formar florestas sombrias. Agora, o que nos ensinam muitos trabalhos que têm sido publicados, quer em Portugal, quer no estrangeiro é que há soluções no sentido oposto, ou seja, de ir no sentido de evoluir na sucessão em vez de regredir na sucessão ecológica, no sentido de termos uma floresta madura, com árvores com uma copa mais ou menos fechada e de espécies que são nossas, que são nativas, que nos dão bastantes garantias de termos ali uma zona defendida contra o fogo. Estou a falar de florestas de carvalhos ou de florestas ripícolas de linhas de água, e portanto enquanto nós continuarmos a queimar, não vamos ter florestas dessas. Ou seja, haveria que pôr, e eu não estou a dizer que sou contra o fogo controlado, agora não sou a favor de uma generalização do fogo e acho que, mesmo inclusivamente em termos de dinheiros públicos e de programas de apoio, se devia pensar muito na recuperação da floresta existente e tentar avançar na sucessão ecológica, em vez de estarmos constantemente a regredir, já que essa é uma solução que não é sustentável no tempo.

Eu vou ter que saltar aqui algumas coisas, mas eu vou pegar aqui numa questão do Sr. Deputado João Ramos que referia — e que depois também foi referida pela Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia — sobre a questão do êxodo rural *versus* incêndios. Portanto, o que nos dizem também vários trabalhos, e eu estou a tentar fundamentar-me naquilo que tem sido investigado e que tem sido escrito é que, quando há pessoas, há incêndios. A zona do País onde há mais ignições é precisamente a zona do País mais populosa, que é a região entre Douro e Minho. Por outro lado, as

zonas do País onde mais arde, onde há mais área queimada, são precisamente aquelas onde não há pessoas. Isto são dois aspetos do problema e nenhum deles é menos importante que o outro, porque o facto de nós termos um *record* de ignições a nível de toda a Europa — e duvido que haja também muitos países no mundo que nos igualem em termos relativos, portanto número de ignições por mil habitantes, ou se quisermos número de ignições por 1000 ha de floresta — é um dos «calcanhares de Aquiles» que temos e que invalida muitos dos esforços que se fazem a nível do combate, porque faz dispersar os esforços de combate, obriga a que os bombeiros saiam de um fogo, não consigam fazer o rescaldo e vão imediatamente para outro, e portanto dias com 300, 400 ignições — como é frequente ocorrer em muitos períodos críticos — são impossíveis. Como dizia um Secretário de Estado do Governo anterior, «O sistema nessa altura entra em rutura», ou seja, nós precisamos absolutamente de resolver o problema das ignições e não o vamos conseguir resolver através de soluções relacionadas com as outras vertentes, portanto temos que ser incisivos na aplicação da legislação — eu acho que passa muito por aí. A sensibilização, acho que se tem feito um esforço bastante grande de sensibilização, pelo menos desde há uns anos para cá, passou a haver um programa coerente e consistente de sensibilização com o mesmo *slogan*, com as mesmas imagens que passam, portanto deixámos um bocadinho o percurso errático que havia em termos dos programas de sensibilização, mas temos de facto que ser mais incisivos na aplicação da lei, e incisivo é, quando a pessoa não cumpre, ser penalizada por isso, portanto não consigo ver outra forma de dar volta ao problema.

Entrando aqui nas questões do Sr. Deputado Miguel Freitas, a questão da integração da prevenção *versus* combate. A integração está numa figura que se chama Sapadores Florestais, portanto são o único

agente em Portugal que integra as duas valências, conseguem fazer combate, e fazem prevenção estrutural também. Os bombeiros não fazem prevenção estrutural, só fazem combate, a GNR não faz prevenção estrutural ou, tanto quando sei, não será significativo, os canarinhos também não fazem prevenção estrutural. Bom, na AFOCELCA — que é um outro agente que faz parte do dispositivo nacional — esses aí sim, também fazem prevenção estrutural e combatem, é um bom exemplo de integração do combate com a prevenção.

Quanto à questão se é necessário ou não, é absolutamente necessário, é impensável que as pessoas vão combater incêndios para a florestas sem estarem minimamente ligadas à outra componente de prevenção, e portanto também não estou a imaginar pormos os bombeiros a limpar matos com moto-roçadoras, mas alguma coisa deverá ser feita no sentido de integrar as duas vertentes, acho que elas não devem estar desligadas.

A questão das figuras que existem onde pode existir alguma gestão mais racional do território, acho que era essa a ideia dos baldios, das ZIF e o Sr. Deputado Miguel Freitas falou de...

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): Das áreas públicas.

O Sr. Prof. **Sande Silva**: — ... e das áreas públicas, exatamente. Os baldios, por muita gente, são considerados áreas públicas, enfim, depende um bocadinho da interpretação que se faz, mas falando das matas nacionais. Em relação aos baldios eu não tenho muito conhecimento, mas sei que as comissões de gestão dos baldios — as comissões de compartes — não têm funcionado muito bem em termos de uma perspectiva sustentável de gestão florestal, portanto têm visto a floresta um bocado como um mealheiro de onde vão tirar rendimentos sem depois reinvestirem

esses rendimentos, e isto tem a ver muito com questões culturais também. Nas matas nacionais — eu aqui queria dar uma palavra de defesa em relação às matas públicas —, ainda agora, acho que foi ontem que mais uma vez se vinha a «bater no ceguinho» de que as matas públicas são mal geridas e que o Estado não quer saber. Eu gostava de ver mais matas públicas no País. Onde é que nós encontramos uma Mata Nacional do Buçaco, ou um Parque da Pena, ou uma Mata de Albergaria no Gerês, ou sei lá, *N* propriedades públicas onde de facto se defende o interesse público e os serviços públicos que devem ser prestados à floresta. Se forem olhar para Tapada de Mafra, está rodeada de eucaliptos; se forem olhar para a Mata do Buçaco está rodeada de eucaliptos à volta; eucaliptos que terão a sua função em termos dos benefícios que dão ao proprietário, mas não prestam serviços públicos em termos de lazer e noutras questões. E, se não estão melhor geridas, é porque de facto o dinheiro do Estado é curto, e isso é uma coisa que nós já sabemos e depende do Governo saber se é ou não estratégia investir mais dinheiro na mata Nacional de Leiria por exemplo, bom é uma questão...

Em relação às ZIF, de facto é o grande falhanço das políticas florestais dos últimos anos porque foi uma grande ideia que surgiu depois dos incêndios de 2003, aliás, que já estava presente tanto quanto me lembro na Lei de Bases da Floresta, acho eu — aprovada em 96 se não me falha a memória, para aí — e que depois, com a aflição dos incêndios de 2003, voltou a ser pegada, mas foi um falhanço completo. Eu fiquei chocado quando cheguei a uma ZIF em Mação, que é um concelho paradigmático em termos dos esforços e dos investimentos que têm sido feitos, quer em termos de prevenção estrutural, quer a outros níveis na área dos incêndios, quando me disseram, «Pois isto é uma chatice, nós queríamos que isto funcionasse mas temos que ir pedir licença a cada um dos proprietários

para que ele nos autorize a limpar o terreno dele para instalarmos a rede primária», então mas andamos aqui a brincar claramente, andamos aqui todos...

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Mas isso depois da legislação?

O Sr. Prof. **Sande Silva**: — Não era das ZIF, claramente, era da legislação que enquadra o funcionamento das ZIF. Eu sou um académico, não conheço em detalhe a legislação que o regulamenta, mas sei que há entraves fortes ao funcionamento e mesmo à criação das próprias ZIF. «Encher a boca» como já ouvi várias vezes nos órgãos de comunicação, que já temos perto de 1 milhão de hectares de IFE, é a mesma coisa que enfim «beber um copo de água», porque é completamente inconsequente, são palavras ocas que as leva o vento.

Eu estou mesmo a atingir o limite do meu tempo, vou aqui seleccionar mais qualquer coisa para dizer durante este minuto que me resta. Investigação, que é uma coisa que me toca mais de perto. Articulação da oferta vezes a procura. Eu acho que nós sabemos muito, neste momento, sobre incêndios, e muito sobre floresta. Há claramente lacunas, também há bocado vinha a falar com o Domingos Patacho que, por exemplo, há trabalhos científicos que comprovem o papel dos diferentes tipo de floresta na projecção de fagulhas e na geração de focos secundários de incêndio, que é um problema grave em termos de combate. O Domingos citava-me há bocado relatos de focos de incêndio que aparecem vários quilómetros depois da frente de fogo. Isso é um problema bastante grave em termos de combate e isto normalmente aparece associado aos Eucaliptais, mas são apenas conhecimentos empíricos, até agora ninguém conseguiu desenvolver um trabalho científico que permita comprovar isso claramente,

e quantificar isso claramente. É um exemplo mas que, neste momento, é difícil encontrar muitos exemplos de grandes lacunas de conhecimento em termos de incêndios e em termos nomeadamente do comportamento das espécies perante o fogo. Acho que se aprendeu muito, sobretudo neste período desde 2003 para cá. Houve dinheiro que foi canalizado para a investigação, e enfim, eu não devia estar a falar nestes termos porque vivo também um bocado dos dinheiros que são canalizados para a investigação na área dos incêndios, mas claramente que há coisas: por exemplo, neste momento estou a dirigir um projeto da IFCT sobre a regeneração natural do eucalipto. O eucalipto é uma espécie que está naturalizada no nosso País e que já não precisamos do esforço dos proprietários para que ele se expanda — ele já se expande naturalmente — e temos constatado que está bastante ligado à ocorrência de incêndios. Isto para vos dar um exemplo de um trabalho que está neste momento a decorrer e, já agora, para enquadrar melhor o problema, isto depois trata-se de um problema grave em termos de prevenção estrutural porque muitos desses povoamentos onde ocorre regeneração de eucalipto, são povoamentos que são abandonados pelos proprietários. De acordo com um dos últimos inventários, já havia mais de 150 000 ha de povoamentos mistos, ou seja, os prioritários instalam, depois não querem saber mais e aquilo fica lá, mas fica mesmo, e além de ficarem as árvores-mães, ficam também as árvores-filhas. Isso depois, misturado com a restante vegetação, é uma «dor de cabeça» muito grande em termos estruturais. Ali à volta de Coimbra ardeu em 95, ardeu em 2005, voltou a arder em 2012 e supõe-se que aquilo vai continuar a arder periodicamente porque é uma situação à qual não se vêem fim nenhum, são pequenas propriedades de proprietários que já não querem saber das parcelas deles, e portanto aquilo vai continuar e é um ciclo de fogo que está ali instalado.

Eu fico-me por aqui, porque já tomei mais tempo do que aquele...

O Sr. **Coordenador**: — Dou a palavra ao Eng.º Domingos Patacho que pertence à Quercus, como sabem.

O Sr. Eng.º **Domingos Patacho** (Quercus): — Em nome da Quercus, agradeço o convite. Eu tenho acompanhado um pouco destas áreas, apesar de não ser investigador, porque estou a coordenar a área das florestas e, de facto, também já cá viemos algumas vezes para Comissões eventuais e Parlamentares, mas acho que é sempre importante. Eu ia tentar dar uma resposta muito sucinta às questões, penso que consegui tirar anotação de todas as questões que os Srs. Deputados colocaram. De facto, o assunto é complexo, como o Sr. Prof. Sande Silva aqui referiu. Às vezes é difícil resolver, mas consegue-se minimizar e não estamos a conseguir, e de facto estamos com estas notícias do relatório da FAO a dizer que estamos ao nível dos países africanos quer dizer, não honra ninguém e não é por falta de haver bons investigadores, de haver bons gestores, de haver proprietários que gerem bem, não haver leis — porque também existem leis boas — portanto há aqui alguma coisa que não funciona bem. E o que não funciona bem, o que nos viemos a ver que é questão da recorrência do ciclo de incêndios que, de sete em sete anos ou de seis em seis, torna a arder, seja ao pé de Coimbra, às portas de uma cidade, seja no resto do interior do País, é que de facto não há o tal ordenamento — porque não se sabe de quem é que são os terrenos — e para além de não saber de quem são os terrenos, é de facto a política florestal que está desajustada, e nesse sentido não se pode apostar só numa espécie. De facto existe uma grande fileira, no caso das celuloses, que apostam no eucalipto e não há um problema por aí, o problema é que nós, se formos ver, só o Grupo Portucel Soporcel e Altri Florestal têm pouco mais de 160 000 ha de eucaliptos geridos por eles, e

temos mais de 840 000 ha de eucalipto além Portugal, o que quer dizer que há cerca de quase 600 000 ha que são de pequenos proprietários, de médios proprietários, em que muitos deles plantam eucalipto e, passado 10 ou 12 anos, vão lá cortá-lo e não fazem absolutamente mais nada — não cortam mato, não gerem, não fazem nada. Isso é um risco em termos precisamente da questão dos focos secundários, que foi aqui falado, é uma questão que não está muito estudada em Portugal e nós tínhamos interesse nisso, e também já falámos um pouco com o Sr. Prof. Sande Silva, mas também com o Sr. Prof. Xavier Viegas — que é talvez a pessoa em Coimbra que tenha mais informação sobre o assunto — no sentido de é preciso mais investigação nessa área. O que existe, por exemplo na Austrália, está provado que a projeção aérea — são os materiais, folhas ou casta de eucalipto —, no caso em que vai voar, em que o *record* máximo foram 27 km, em que provocou um foco secundário. Está bem que isto é exceção, nós sabemos que cá não vai a 27, mas nós detetámos cá que centenas de metros é frequente, a centenas de metros da frente de fogo, e eu o ano passado detetei uma parte de uma folha de eucalipto a 8 quilómetros da origem do incêndio com meia hora — portanto não era de um grande incêndio — e se eu não visse, eu não acreditava, e eu sou técnico florestal e não acreditava, mas eu vi-a cair, sabia onde é que estava, fui medir, fui ao incêndio e fui medir aquilo tudo. Portanto é preciso mais investigação aí, porque quando nós temos um comportamento de fogo e quando ardem os carvalhos e os sobreiros, as folhas caem logo ali e não provocam focos secundários, e temos uma espécie, como é o eucalipto em que provoca focos secundários e provoca morte dos bombeiros, e provoca perda de vidas humanas, e de bens públicos e privados, nós temos que pensar melhor no ordenamento florestal: onde é que está, como é que está, se deve estar acantonado, se deve ter aceiros à volta, se deve ter terrenos agrícolas,

eventualmente, pastagens com aproveitamento económico para os agricultores, para acantonar as monoculturas, que é essencial — mas eu não me vou dispersar mais nesta teoria. Vou tentar responder diretamente às questões.

Sobre a questão que o Dr. Pedro Lynce colocou da política florestal, penso que já lhe respondi aqui.

Sobre o Sr. Deputado Abel Baptista, o Parque Nacional da Peneda-Gerês — portanto, reserva total — que é difícil, pelo menos a ideia do combate aos incêndios, por ser uma área protegida com um tipo de reserva integral, com uma proteção total, pergunta se não devia de existir outro planeamento.

Acho que isto também é uma grande falácia — eu peço desculpa de dizer isto. De facto, nós ouvimos os bombeiros dizer isso e vem na Comunicação Social, «(...) que não temos acessos». Pois é, mas onde há acessos também arde muito. A A25 esteve, pelo menos, duas vezes cortada o ano passado, com os fogos a passarem por cima da A25 e a A1 esteve também cortada.

Quer dizer «então mas há acessos no litoral e também arde?». Logo isso é uma falácia. A questão que temos que ver é que, no Parque Nacional da Peneda-Gerês, mas junto a norte, na Mata de Albergaria onde esteve a arder o ano passado... um pequeno parêntesis numa situação que eu acho que é relevante, que é ao nível não tanto da prevenção mas do sistema de combate, em que a Autoridade Nacional de Proteção Civil devia melhorar e muito. É que o incêndio que, por acaso, não sei exatamente o dia em que foi mas está na *Internet* e a Quercus tomou posição, vinha assumido nas listas de ocorrências da Autoridade Nacional de Proteção Civil como começando às 6 horas e 38 minutos da manhã,... eu achei «Eh pá, isso foi o único campista que foi para lá». Quer dizer, às 6 horas da manhã no cimo

da Serra quem é que lá está? E nós viemos a saber, por fontes oficiais, mas à «boca fechada», que o incêndio tinha começado às 3 da tarde do dia anterior, não tendo entrado no sistema e esteve a arder o Parque Nacional. E na lista de ocorrências vinha o curral não sei de onde, mas não vinha o Parque Nacional que estava a arder.

Repare, em termos da importância do que existe, temos das poucas florestas de freixos que são *habitats* florestais da diretiva *Habitats*, nós agora estamos com um projeto, um *live* precisamente, para identificar e gerir nessas áreas, na Serra da Estrela e na Serra do Gerês.

Portanto, o problema ali é: pode ter alguma gestão, ou seja, o facto daquela questão da reserva integral não se puder tocar, deverão ser áreas mínimas, áreas de proteção muito limitadas, há áreas que devem ser geridas mas com conta, peso e medida, que é como a moto-roçadora, não se pode lá meter um trator ou um *bulldozer*, pode-se ir lá aos sapadores florestais e fazem uma faixa de contenção para salvaguardar os freixos, os carvalhos centenários e tudo o mais, e portanto poderá haver medidas de gestão, sem dúvida que sim, nós já passámos um pouco essa fase do protecionismo total, porque se não de facto é difícil travar os incêndios, mas temos que abrir acessos. Abrir acessos num maciço granítico? Quantos milhões de euros é que custava abrir um caminho florestal com quatro metros? E ardia tudo na mesma, quando estiverem ventos fortes.

Portanto, a Serra do Gerês é só granitos, quer dizer, abrir lá um caminho para quê? Para ser usado uma vez de dez em dez anos, quando há lá um incêndio? É preciso desmistificar um pouco isto.

Sobre a questão do fogo controlado, eu apesar de não ter falado muito com o Sr. Prof. Sande Silva sobre o assunto e também nem sabia que ele ministrava formação nesta área — eu próprio gostava de ter — temos também muito a mesma opinião, que é a seguinte: há alguns interesses e

peessoas extremamente competentes na área que defendem o fogo controlado como a resolução problema, mas não é. Não é uma panaceia. É importante como ferramenta de gestão, como se faz na Serra da Lousã em algumas áreas e parcelas, sem dúvida que é, mas não pode ser aplicada a 3 milhões de hectares ou a 6 milhões de hectares, não pode, não tem lógica em termos de emissões, em termos... lá está, há regeneração natural a seguir, mas também há impactos sobre alguma da fauna, pequenos mamíferos, de insetos, de tudo e depois também há a erosão dos solos porque fica desprotegido, portanto temos que ter alguma cautela. Deve-se usar nalguns sítios, a questão mais do fogo tático também tem toda a lógica mas tem que ser muito bem aplicado — parece que o ano passado também houve aí algumas falhas.

Sobre a questão do Sr. Deputado João Ramos associada aos incêndios, falou também no decreto-lei da florestação que, no fundo, é o famoso regime de arborização e rearborização, que no fundo é de fomento florestal. Pois, isso aí a Quercus tomou posição, ainda ontem foi promovida uma plataforma com várias ONG e especialistas, mas aqui o João Camargo está mais com essa área, poderá falar para contestar. Isto só para dizer o seguinte — e nós já viemos aqui à Comissão Parlamentar de Agricultura referir — eu pessoalmente não tenho nada contra o eucalipto, mas de facto a questão do regime de arborização foi um processo mal conduzido. Nós tivemos entre maio e junho de 2012 uma consulta pública, a única sessão de esclarecimento foi feita depois do fim da consulta pública e, venham dizer o que disserem, era o que estava no *site* do ICNF ou da AFN na altura, e portanto não foi minimamente trabalhado ao nível dos vários atores. Tanto é que, se não, a indústria não estava contra o regime de arborização ou parte da indústria, tirando as celuloses, não sei quantas ONG, não sei quantos especialistas, portanto é porque de facto não foi bem

trabalhado e podia ter sido, e nós avisámo-lo na fase da consulta pública há um ano e meio atrás, não foi só agora. E portanto, se não houver uma alteração bastante significativa, de facto não vai nada contribuir nem para o ordenamento florestal, porque o que acontece e a Sr.^a Ministra referiu-o a semana passada no *Portugal pela Floresta*, na Gulbenkian, a quem lá esteve: «Ah, é uma excelente ferramenta de controlo». Pois, é de controlo administrativo, vai-se controlar, vai-se monitorizar a expansão do Eucaliptal e dos incêndios, mas o Estado não vai controlar nada porque, na prática, a menos de 2 ha comunica-se — faz-se um processo — mas não há forma, mesmo que seja um eucaliptal sobre o rio Mondego como eu já vi, os serviços do ICNF dizerem: «Não, aqui não porque não pode ser uma preparação do terreno para instalação de eucalipto, por causa da erosão sobre as estradas, sobre os rios.», não há forma de dizer que não, portanto é apenas controlo administrativo, não tem nada de ordenamento a dizer: «Não se pode ultrapassar 70%, 80% de monoculturas e ter outras faixas de contensão, com sobreiros, com carvalhos, com freixos, com outras espécies também produtivas, castanheiro seja o for.» Portanto não vai em nada nesse sentido, e os planos regionais de ordenamento florestais que agora há a nova regulamentação que saiu — como sabem melhor do que eu — mas também é um problema que não funciona, porque ou suspendem-se as metas, como aconteceu há dois ou três anos, na prática faz-se um plano bonito mas não se cumpre — lá está, porque os proprietários ou estão na Suíça ou em França ou em Lisboa —, e deixam o território do centro do País em regeneração e depois arde e continua, portanto este regime de arborização só veio aumentar a expansão da monocultura do eucalipto e uma das consequências: vai aumentar claramente a propagação dos incêndios, porque quando se deixa plantar eucaliptos em terrenos agrícolas nos vales, que eram as faixas de contensão naturais aos incêndios em

pastagens, e se podem lá plantar eucaliptos e se a monocultura se vai colmatar em centenas ou milhares de hectares, os fogos, quando entram lá, só podem ser maiores, para além dos focos secundários das projeções.

O modelo de combate articulação, penso que foi também que foi o Sr. Deputado que falou, também é verdade. Há um colega nosso que também é especialista neste assunto e diz, e nós acreditamos, é: «Os atores locais devem estar envolvidos», ou seja, quando um incêndio toma uma dimensão, está duas horas a arder, vem o Comandante Distrital da Proteção Civil Nacional, «Sim, sim», mas não conhecem o local. Podem ter meios logísticos e tecnológicos, mas não conhecem, e aí é fundamental, no trabalho antes dos incêndios nesta altura do ano, no inverno, é principalmente com as juntas de freguesia, ou a junta ou quem na junta de freguesia delegue o conhecimento de conhecer o território — seja da Associação de Caçadores, seja da Quercus, seja dos proprietários florestais, seja do gestor dos baldios — que é quem conhece o território naquela freguesia, tem que dar apoio ao comandante operacional que está no terreno, tem que dizer: «Eh pá, eu conheço este caminho, vai dar ali, ali foi feito o ano passado a gestão de matos e aqui não foi, e ali podem entrar com os carros e aqui não podem, porque senão ficam lá como ficaram em Penacova quatro carros no fogo de uma tarde», que é inacreditável. E portanto não pode ser só as patentes: vem o comandante e «Eu é que sei e eu é que mando». Sim senhora, e deve mandar porque aí tem que haver uma hierarquia, mas tem que estar assessorado não só por técnicos florestais — seja do ICNF, dos municípios — mas com quem conhece melhor o terreno, e essas pessoas têm que ser identificadas previamente, não é quando está a arder. Ao nível das comissões municipais tem que dizer «Quem é que conhece o território que é para, quando começar o incêndio, tem que chegar ao posto de comando e dizer assim: eu sou a

peçoal tal da junta de freguesia de quem quer que seja» e para não serem escorraçados, como há dois em Ourém o Presidente da Junta que disse que, numa comissão municipal, foi escorraçado pelo Comandante Distrital, correu-o de lá para fora. Quer dizer, não se faz isto a um Autarca que é eleito. Enfim, portanto muita coisa aí a fazer.

Corpo Nacional da Guarda Florestal extinto, o ICNF diz que, no fundo, não tem a sua forma de fiscalização. Isso é a mesma coisa que, às Câmaras Municipais, extinguirem os fiscais municipais ou fiscais de obras, e depois licenciam as construções mas depois não têm ninguém para ver se está licenciado ou não. O que é que ia acontecer? Claro que iam expandir-se as construções ilegais — é óbvio, não é? Agora, o Corpo Nacional da Guarda Florestal que existia estava, de facto, um bocado caduco. Há dez anos atrás precisava de formação, de valorização, de elementos novos. Quando foi integrado no SEPNA (Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente), nós achamos que o SEPNA nem é importante mas tem muitas abrangências ao nível de controlo da poluição, dos óleos alimentares usados, da floresta, da caça, de tudo e mais alguma coisa que, de facto, não se conseguem dividir para tudo. Enquanto que a Guarda Florestal estava de prevenção no terreno, iam lá perguntar o que é que se estava a fazer, a GNR, se não for por denúncia, não vai lá, e isso é preciso ver, e é um custo que nós temos. Nós sabemos que agora com a crise é difícil retomar uma Guarda Florestal para o ICNF — sem dúvida que é difícil — mas no futuro tem que se pensar como é que se consegue ter um braço operacional para ver se as medidas de defesa da floresta contra incêndios estão a ser cumpridas ou não.

Abandono do mundo rural pronto, também já se falou um pouco.

A questão do número de ignições, eu penso que o ano passado não sei se foi só o distrito do Porto, mas isto em termos de dados prévios não

interessa muito, estava com 30% de ignições no fim de julho, 30% das ignições dos incêndios a nível nacional era no distrito do Porto, e não é a maior área ardida, mas porquê? Porque estão lá pessoas, aquilo é só estradinhas e caminhos, e qualquer pessoa faz fogueira no quintal e pega fogo ali à mata, aquilo depois tem 1 ha de área ardida, dois, dez quer dizer, normalmente não são centenas de hectares. E portanto aqui o que é que é preciso, que o Prof. Sande Silva também disse é: já há aquela campanha de sensibilização mas tem que ser ainda reforçada e massiva, portanto não pode ser só tipo aquele Movimento ECO — que é as empresas contra o fogo — não. Tem que ser todos, tem que ser as empresas, tem que ser os políticos, quem que ser a administração, tem que ser as autarquias, tem que ser as associações empresariais, ONG de Ambiente, todos, porque só assim é que se consegue fazer uma campanha verdadeiramente mobilizadora. Porque muitos dos incêndios, e isto custa a crer e vai haver informação entretanto, não é para já porque nós não estamos a acompanhar na ótica das ignições provocadas, por exemplo por beatas de cigarro, que há muita gente que não acredita, e quando eu vejo na autoestrada um fogo a começar junto à A1, ninguém para lá o carro para pegar o fogo, e o fogo não veio de fora, não há outra explicação. O laboratório de incêndios florestais na Lousã está a fazer estudos sobre isso, e de facto está a provar que há muito mais ignições do que aquelas que se pensavam, e aí tem a ver com o comportamento cívico. As pessoas vão no carro, mandam a beata fora e depois veem em casa na televisão: «Eh, que fogo, malandros deviam ser presos (...)» e não sei quê. E se calhar foi a pessoa que pegou o fogo, e portanto há aqui um problema cívico e, se não for uma campanha mobilizadora e acho que aqui esta casa é talvez o principal para votar um pouco as instruções; não pode ser só o ICNF, o ICNF pode coordenar — obviamente que sim não é a questão — mas tem que ser abrangente, tem

que abranger todas as entidades da sociedade civil, porque se não for assim não se consegue controlar isto. Eu como estou a terminar o meu tempo, vou tentar ser mais rápido.

O dispositivo de combate, também concordamos com o Sr. Deputado Miguel Freitas neste sentido, o combate está relativamente organizado apesar de muitas vezes não incluir os órgãos locais quando está a arder, mas prevenção estrutural supostamente é o ICNF mas não se conhece, não funciona bem, aí não há grandes dúvidas.

Áreas públicas, baldios, ZIF, atenção que o estado gere as áreas públicas nas matas nacionais, cerca de 2%, nos baldios parte deles estão perímetros florestais em cogestão, portanto o Estado e também a ICNF devem gerir e muitas vezes não gere, e eu dou só um exemplo de má gestão: o perímetro florestal do Buçaco com a questão do mato, que não foram cortadas as árvores, perderam-se milhões de euros em madeira para o Estado, e agora está um Acacial lá a regenerar, porque foi mal gerido, nós defendemos que seja uma mata nacional ou um perímetro não é, agora tinha que ser feita uma boa gestão ou, como a Mata Nacional de Leiria que tem as árvores caídas há um ano em determinados sítios, que não se percebe ao fim de um ano como é que não houve capacidade de retirar as árvores. Mas concordamos que deve haver mais áreas públicas, mas de preferência minimamente geridas, mesmo que não tenham uma grande intervenção. De constrangimentos e nos ZIF sim, a questão da regulamentação das ZIF, quer dizer, ou é muito simples ou, se vamos pôr a balizar em hectares e não sei quê, quer dizer, não funciona.

Responsabilidade civil, qual o limite do proprietário? É uma boa questão, eu se calhar não ia responder muito. Sim, o proprietário tem de facto responsabilidade, a questão mesmo dos 50 m que agora tanto se fala e a multa na hora que é uma questão, enfim, devia-se pensar bem no assunto

porque a multa na hora é normalmente quando a GNR manda parar um carro, porque quando o proprietário está na Suíça ou em Lisboa, como é que é multa na hora se não há cadastro, não é? Portanto é difícil. Ele tem responsabilidade, mas é de facto difícil de implementar. Mas é importante que se faça a gestão dos 50 metros em termos de Proteção Civil e salvaguarda, claramente que sim, e seja quem for, seja as Câmaras, seja a GNR, tem que se melhorar essa intervenção. Nós fizemos queixa o ano passado à Procuradoria-Geral da República sobre o assunto e a queixa chegou esta semana e, de facto, como não dissemos exatamente onde é que foi a falha, em que município, pronto, não foi arquivado mas «caiu em saco roto». Pois, claro, não se cumpre em quase todo o País, faz-se faixas que são combustíveis nalguns locais, mas não na integridade que se fala de todas as faixas da rede viária, rede secundária, não se fazem muito na parte do território. Também é verdade que é demasiado exigente a legislação nesse sentido, porque são milhões de euros para cada município fazer o cumprimento dessas medidas. Portanto, a fiscalização, sim, a GNR, sem dúvida, se funciona melhor, não seja por isso. Rede primária, sim. A rede primária — como o professor também disse — seja nas ZIF ou na rede primária, como é que o ICNF deve atuar? Penso que foi o Sr. Deputado Miguel Freitas. Tem que ser por edital, nos PRODER já aconteceu, ou seja, de facto se o proprietário não se conhece, não for um perímetro florestal ou um baldio que se saiba que é que é a entidade gestora, ou deve haver na regulamentação, tem 20 dias para fazer determinada gestão. Se não faz, há um edital e pronto, e a forma de edital já tem sido usada no PRODER, não sei se foi para os mosaicos ou para umas faixas, eu não domino tanto essa área, portanto vai ter que ser. É claro que o proprietário privado não gosta muito dos editais, porque o proprietário privado tem sempre um peso grande neste País, mas vai ter que ser pelo menos como segundo recurso.

Se a pessoa não faz, tem que ser por edital e depois pode ser feito numa empreitada.

Formação, sim, sem dúvida. Os bombeiros têm formação e deviam de ter mais às vezes, mas não são os culpados do problema, devia de haver mais formação na questão do fogo controlado, mais formação noutras áreas, tem que acontecer.

Na investigação também já falei. A questão dos focos secundários, tem de se apostar mais na investigação precisamente no comportamento da floresta a arder. No caso dos carvalhos, dos sobreiros, são espécies que também ardem, mas, normalmente, não ardem tanto e muitas vezes o fogo não é muito intenso e eles rebentam; no caso dos sobreiros, quando têm cortiça, eles rebentam no ano a seguir, tira-se a cortiça e eles estão lá, mas alguns também morrem quando a intensidade do fogo é muito forte, obviamente; mas é totalmente diferente do eucaliptal e de alguns pinhais, principalmente o *pinus halepensis* que lança as pinhas que também são uma espécie que foi introduzida cá na Serra da Boa Viagem e nessas zonas calcárias do litoral. Portanto, é uma espécie que não se deve usar, achamos nós, não é autóctone, não tem interesse para produção de madeira, pelo que não deverá ser usada.

Para terminar, Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia, impacto do regime de arborização também já falámos um pouco, quer dizer, tem que ser mesmo alterado porque se não nós vamos estar a monitorizar comunicações prévias e projetos de arborização e depois estamos a ver tudo a arder — quer dizer, nós, o Ministério — mas depois o País, não tem lógica, quer dizer, aquilo tem que ser mais participado e a Assembleia da República tem um papel essencial. Não é não se puder plantar eucaliptos, eles têm que se plantar nalguns locais, mas não pode ser em todo o lado, na reserva agrícola, nos vales, sem faixas de contenção, sem nada.

Pronto, a campanha de prevenção já tinha dito, tem que ser muito mobilizadora e nós estamos disponíveis mas tem que ser abrangente, várias entidades. Política de despovoamento do mundo rural pronto, foi o que aconteceu nos últimos 30 anos não é, eu lembro-me por exemplo de Vila de Rei, ardeu 80% em 1986, o primeiro grande incêndio, tornou a arder cerca de 80% em 2003, e passaram 11 anos e está pronta a arder, esperemos que ninguém oiça, mas está pronta a arder outra vez, para o ano, mas aquele pinhal que lá está de regeneração podia ser gerido, podia ser gerido com fundos do PDR — cortar, desbastar, dava pinheiros depois para a indústria de serração, dava biomassa, dava estacas, dava tudo. «Não há cadastro em Vila de Rei!», ah pois não quer dizer, as coisas têm que se resolver, não há cadastro mas aquilo são territórios ao lado de Castelo de Bode, uma reserva estratégica que abastece 3 milhões de pessoas e aquilo tem que ter lá floresta, preferencialmente de pinheiro ou de folhosas e não pode ter eucaliptais em grande massa, como têm em parte da área.

O Sr. **Coordenador**: — Muito obrigado.

Eng.º Camargo dos Santos, tem a palavra. Pertence, como sabem, à Liga para a Proteção da natureza.

O Sr. Eng.º **João Camargo** (LPN): — Vou fazer só aqui, mais ou menos, as dobras ao Sr. Prof. Sande Silva e ao Sr. Eng.º Domingos Patacho. O Sr. Prof. Eugénio Sequeira era para estar aqui hoje, ele infelizmente não pôde, teve uma emergência familiar, e manda-vos os cumprimentos. Eu vou tentar andar nos seus grandes sapatos.

Bem, muito já foi dito pelos meus colegas, nós temos participado ativamente na questão da temática dos incêndios florestais. É importante observar a realidade, acho que em termos de diagnóstico há uma grande

coerência entre os vários diagnósticos apresentados, e depois uma total falta de coerência nas soluções apresentadas perante esse diagnóstico. Também falando de relatórios que falam sobre incêndios, eu acho que era importante remeter-vos para o relatório EFFIS encomendado pela Comissão Europeia ao *Joint Research Center* sobre os incêndios na Europa Mediterrânica, no Médio Oriente e no Norte de África. Fica muito claro, tal como o Sr. Prof. Sande Silva tinha indicado, elevadíssimo número de incêndios florestais comparáveis com o Chade, o Botswana, o Gana e o Senegal — estou aqui a fazer batota —, mas se compararmos com territórios e com sistemas climáticos semelhantes ao nosso, Portugal é de longe o País que tem a pior circunstância, em comparação com Espanha, França, Itália e a Grécia, com o maior número de ignições de todos, de todos estes países, e com o segundo maior nível de área ardida e, pior do que isso, o único que nas últimas décadas agravou todos estes indicadores, isto é, aumentou o número de ignições e aumentou o número de área ardida, ao contrário de todos os outros países onde, por exemplo, aumentou o número de ignições em dois deles, mas mesmo a manter o número de ignições reduziu o número de área ardida. Se considerarmos as provisões mais modestas de alterações climáticas indicadas por exemplo pelo ICNF, apontam para um aumento do número de dias consecutivos com temperaturas acima dos 35° C, apontam para uma mudança de regime hídrico, não é bem uma redução da pluviosidade, é redução em certas alturas e um aumento em outras que poderá e deverá, como já vemos em alguns casos, aumentar o número de biomassa disponível, porque estamos a assistir a uma mudança que quase transforma o regime de quatro estações em duas estações, e que vai alterar obviamente por si só as condições para o incêndio florestal. Se observarmos as condições que podem determinar um incêndio a montante — o vento, a temperatura, humidade e depois

ignição — e o que isso produz a nível de ignição e área ardida, temos grandes dificuldades em poder controlar questões de vento, temperatura, humidade, e portanto a única questão onde podemos de facto atuar com força é sobre as ignições e a área ardida, e obviamente que é através da composição florestal, é através do ordenamento e é através da estrutura fundiária que identificamos todos os problemas. Sendo que se estima que 20% do território nacional está abandonado, portanto a partir deste diagnóstico, se este diagnóstico não tem uma resposta, tudo o que se pensa a jusante disto é um pouco especulativo, porque 20% são quase dois milhões de hectares e portanto temos alguma dificuldade, sendo que uma grande parte desta área é florestal. Também consideramos simultaneamente que é inferior a 2% o território florestal público em Portugal, o que em comparação com vários países da Europa, a média da Europa já alargada é de cerca de 50% do território florestal sob domínio público, Portugal ocupa um destacado primeiro lugar de afastamento da gestão pública, e também — não sei se é uma consequência disso — a nível de incêndios temos esses graves problemas, que não deverão ser apenas obviamente... É um pouco assustador ver o nível de demagogia que é todos os verões vêm dizer que é só a questão dos incendiários. Com certeza que os incendiários têm um fator, mas os incendiários, se pegassem fogo a uma área que tem uma composição florestal com dificuldades em arder ou que tem medidas de segurança para evitar esse incêndio, teria muito pouca viabilidade essa sua ação. Algo que nós discutimos há alguns anos e que simplesmente desapareceu de cena — nos últimos anos em particular — e que poderia também ajudar a reduzir esse número de ignições era, por exemplo, deixar de se passar as imagens dos incêndios na Comunicação Social, algo que foi discutido com a Comunicação Social nessa altura. Sabemos, por análise de estudos de psiquiatria, etc., que a visualização dessas imagens provoca uma

maior adesão à Piromania, e nesse sentido essa é uma medida muito breve que fazia sentido talvez retomar.

Vou entrar talvez noutra questão, mais a ver com o impacto do regime de arborização e rearborização, é declarado pelo setor, pela CELPA em particular, o interesse de expandir as plantações florestais para áreas agrícolas e baldios, não diretamente geridos pela CELPA mas sim geridos por pequenos proprietários que posteriormente passariam o produto da floresta para a CELPA, para a celulose. Bem, sabemos que não há um interesse em aumentar ou melhorar a qualidade da gestão destas áreas de expansão. Sabemos, do que já existe, dos 840 000 ha de eucalipto, 150 000 são os tais povoamentos mistos de eucalipto com pinheiro, 70 000 têm um coberto inferior a 50%, 400 000 ha têm menos de 600 árvores por ha, e 100 000 já ultrapassaram a idade de corte. Portanto são mais de 600 000 ha de eucaliptal que indicam uma claríssima má gestão, e não é preciso arriscar muito para dizer que esta é uma das áreas que arde mais, claro, juntando também áreas de Pinheiro mal geridas. E portanto talvez esteja aqui uma das grandes chaves para o que acontece todos os anos, e o que tem que ser mudado para poder não acontecer, sendo que é perfeitamente possível aumentar a produção, reduzindo a área ocupada! Não precisa de haver uma expansão da área ocupada pelo Eucaliptal para aumentar a produção de pasta de papel. Não vou falar muito das características do incêndio do eucalipto, sendo que se conhecem mais ou menos e é bastante importante conhecer as características da própria árvore, mas obviamente que sabemos que no *habitat* natural do eucalipto, o fogo é um agente muito importante na sua sobrevivência, nomeadamente para lidar com as trepadeiras que sobem ao eucalipto, e obviamente o fogo é benéfico para o eucalipto nesse sentido. A planta não tem nada de mal, a planta não é má, o nível de gestão tem que ter em consideração todas as características e o impacto, que já é

um impacto praticamente indesmentível, perante a floresta — neste caso nem é bem floresta já, já é uma grande plantação a nível de todo o País, que precisa de ter uma nova perspectiva se, de facto, queremos ter o mínimo de expectativa de mudar a situação. A jusante penso que os bombeiros têm um bom nível de formação, mas têm uma falta de meios de combate muito crónica, o que o Eng.º Domingos Patacho já falou.

Depois desconhecimento da extensão dos incêndios, da localização dos elementos da equipa durante um combate, não há comunicação entre uma equipa toda, não tem nenhum meio de estar em contacto e se se afastam como é normal, perdem totalmente, e muitas vezes acontecem as tragédias que acontecem não por incompetência, mas por simples falta de meios e pode avançar muito rapidamente o incêndio, e simplesmente os bombeiros ficam isolados uns dos outros — na melhor das hipóteses ficam isolados e afastam-se, na pior das hipóteses podem ficar mesmo presos dentro do incêndio. Depois também não há nenhum conhecimento nem disponibilização de meios, de mapas militares das zonas onde os bombeiros estão a agir, de qual é a biomassa ou as espécies predominantes, qual é a biomassa acumulada naquele ano, não há utilização de meios de sistema de informação geográfica, que seriam todos — obviamente — uma ferramenta imprescindível para saber o que é que estavam a combater. Quando os bombeiros chegam ao local do incêndio saberem com o que é que contam, primeiro do seu lado, e com o que é que contam do outro lado, isto é, terem reais possibilidades de agir sobre aquelas condições, sabendo que tudo isto é irrelevante se considerarmos determinadas condições climatéricas que têm a ver com uma elevada temperatura, o vento forte e determinada humidade a partir das quais basicamente a ação dos bombeiros é irrelevante. E para essa só há uma estratégia a adotar, e essa tem a ver com a composição da floresta, tem a ver com o ordenamento da floresta e

primeiro que tudo, para olhar para dois milhões de hectares abandonados e para um cadastro florestal que não existe e sem os quais será absolutamente impossível olhar para isto com seriedade e pensar em resolvê-lo com seriedade.

O Sr. **Coordenador** (António Filipe): — Pergunto se algum dos Srs. Deputados quer colocar alguma questão? Não havendo, resta-me agradecer em nome da Assembleia e deste Grupo de Trabalho ao Sr. Prof. Sande Silva, ao Sr. Eng.º Camargo dos Santos e ao Sr. Eng.º Domingos Patacho a colaboração que nos deram. Alguém quer acrescentar mais alguma coisa ao que foi dito?

O Sr. Eng.º **João Camargo**: — Eu gostava só de dizer que seria bom que este Grupo de Trabalho promovesse mais audições, se calhar mais não em termos de audições, mas mais atividades que não sejam apenas audições. Por exemplo, seria muito interessante para nós termos reuniões com os Bombeiros Voluntários, com os Bombeiros Profissionais e com a Liga dos Bombeiros, que nos permitisse também, às vezes, ter uma perspetiva muito mais concreta do que é que são os problemas reais e também a eles, nós já temos tido algumas reuniões nesse âmbito, perceberem quais são outros fatores que afetam a capacidade de sucesso ou não deles, na sua ação.

A Sr.ª **Helena Pinto** (BE): — Mas no âmbito de quê? Deste grupo?

O Sr. Eng.º **João Camargo**: — Sim, menos num âmbito de audição, e mais num âmbito de debate, talvez não sei.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Uma mesa redonda?

O Sr. Eng.^o **João Camargo**: — Uma mesa redonda vá, podemos chamar-lhe assim.

O Sr. **Coordenador**: — Sr. Deputado Miguel Freitas, tem a palavra.

O Sr. **Miguel Freitas** (PS): — Uma das propostas que nós temos ainda para fazer e portanto que está a ser equacionada é, antes de finalizarmos: o Grupo de Trabalho tem uma missão para produzir um relatório. De qualquer maneira, ainda não consolidada esta proposta, uma das ideias que temos é, antes da discussão final do relatório, poder fazer em plenário, digamos, o convite a todas as entidades que participaram para um debate sobre esta matéria — ainda não é nada consolidado entre os Grupos Parlamentares, mas certamente será uma ideia — e aquilo que diz pode fazer sentido, e portanto para a nossa reflexão sobre essa questão.

O Sr. **Coordenador**: — Sr.^a Deputada Helena Pinto, tem a palavra.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Não vou ocupar muito tempo e, sem querer adiantar-me àquilo que eventualmente o Sr. Coordenador vai dizer, eu gostava de apelar...

O Sr. **Coordenador**: — Sr.^a Deputada, o que a Sr.^a Deputada adiantar, eu já não digo.

Risos.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Eu gostava de apelar aos nossos três convidados e que nos fizeram aqui uma exposição muito profunda mas também vos digo com toda a sinceridade, muito preocupante. Uma pessoa também às vezes fica esmagada perante o conjunto das dificuldades, é muito bom, não estou a dizer o contrário. Mas era se poderiam ainda vir a contribuir para o Grupo de Trabalho se quiserem, com algumas questões muito concretas, porque nós debatemo-nos aqui com uma situação que é assim: nós temos que discutir, temos que ver a situação globalmente, temos que ver tudo, mas este Grupo de Trabalho só terá alguma utilidade se conseguir produzir — eu já não digo muitas, mas pelo menos três ou quatro medidas que de facto alterem qualquer coisa no terreno, porque se não nós estamos a fazer conferências, como dizia o professor, e não é esse o nosso objetivo. Por isso o meu apelo era nesse sentido, se houver questões, algumas até parece que são pormenor, mas às vezes um pormenor mudado numa lei pode fazer a diferença, e acho que nós estamos, senhor relator, abertos a esse tipo de sugestões para não ficarmos também às vezes absolutamente esmagados perante a dificuldade de resolver tudo.

O Sr. Prof. **Sande Silva**: — Permita-me Sr. Coordenador, uma nota curtíssima.

O Sr. **Coordenador**: — Sr. Professor, faz favor.

O Sr. Prof. **Sande Silva**: — Fica aqui uma sugestão: propaguem «aos quatro ventos» que Portugal tem uma situação terceiro-mundista em termos de incêndios, e digam quais são os outros países que nos acompanham no *top* cinco dos países com mais incêndios em todo o mundo, e pode ser que isso transforme as conclusões e estas conversas —

que eu estou fartíssimo de participar nelas — em vontade política, que é o que tem faltado aos governantes porque, em relação às questões culturais, não há grande forma a dar, é o que é, é o que está, e portanto não conseguimos mudar a forma de pensar e de atuar das pessoas. Agora, em relação a quem está no poder e quem tem poder de decisão, era preciso fazer muito mais que aquilo que tem sido feito, e era bom que todos os portugueses se apercebessem que, apesar de termos um Cristiano Ronaldo, apesar de termos um excelente Serviço Nacional de Saúde, apesar de termos uma rede de autoestradas excelente, somos um País de terceiro mundo no que toca à floresta e aos incêndios, e portanto talvez isso faça mudar, as pessoas, um pouco de atitude.

O Sr. Coordenador: — Senhor Engenheiro, faz favor.

O Sr. Eng.º Domingos Patacho: — Também num breve minuto, só para concluir. Eu tinha aqui um documento de uma pessoa que é especialista na área — que eventualmente posso deixar —, não é a posição da Quercus mas é eventualmente um contributo, e diria só num minuto o que é que era essencial: uma das coisas que resultou bem nalguns sítios, porque era preciso fazer as candidaturas ao PRODER, era a questão da gestão dos mosaicos e a gestão de combustíveis precisamente para criar descontinuidades para, quando houvessem os incêndios, pelo menos os bombeiros conseguissem lá ir com segurança e conseguissem conter os incêndios e não serem tão grandes. E uma dessas medidas que eu estou a ver aqui era o PRODER, que era a subação 2.3.3.1, que tinha a questão dos mosaicos, também tinha a questão das galerias ripícolas muito na ótica da defesa da floresta contra incêndios. Eu posso deixar este documento, são duas páginas, é muito simples, eventualmente, é só porque o que a

experiência diz, pessoas que andam a executá-los e a implementar é: «Não é preciso inventar a roda novamente», ou seja, se isto funcionou bem, não vamos mudar agora as regras e esquecer para trás, porque muitas vezes em cada quadro comunitário de apoio esquece-se o que é que estava para trás, sem ser feita uma avaliação, e outra das coisas que nasceu no sábado passado, uma nova associação no setor florestal que é a RESIPINUS muito ligada à questão da resinagem do pinhal — que é fundamental para criar mais-valias e mais rendimentos aos proprietários florestais, não só na madeira quando vende, mas rendimentos anuais que é para não obterem só pela cultura do eucalipto, e porquê? E se calhar o apoio à resinagem no âmbito do próximo PDR era muito importante, e aqui ficava só uma mensagem não só na regulamentação, mas regulamentação no ponto de vista do investimento do próximo quadro, que é: para já, porque a resinagem tem que ter as pessoas de 15 em 15 dias na floresta, no pinhal, não podem ter um grande matagal porque têm que lá andar e tirar a resina — que tem um rendimento económico quer para o proprietário, quer para a indústria depois química, porque a China está em colapso, portanto Portugal tem uma oportunidade na resinagem — e, no nosso entender, na parte mais do pinhal que tem regressão acentuada mas que é a grande parte do Centro e Norte do País — portanto o que não é eucaliptal ou que é misto desta regeneração natural —, se for investido para a resinagem do pinhal tem uma atividade económica que tem interesse e ajuda a não ter o abandono rural, e se calhar é uma coisa que, como é um bocado novo, ou renovo porque há 30 anos falava-se na resinagem, depois ela morreu há 20 e tal anos, e agora está a ressurgir, mas se se puder apoiar — e às vezes nem é muito dinheiro, é só uma questão de manter as pessoas lá, tiram a resina, ganham o seu rendimento, limpam a mata, o pinhal — achamos que

é muito importante, se calhar, para esta faixa Centro e Norte, onde há mais incêndios. Obrigado.

O Sr. **Coordenador**: — Muito obrigado, e eu reitero o apelo da Sr.^a Deputada.

O Sr. Eng.^o **Domingos Patacho**: — *(Por não ter falado ao microfone, não foi possível registar as palavras do orador.)*

O Sr. **Coordenador** (António Filipe): — Exatamente, outros contributos que entendam que seja útil fazer chegar à Comissão, isso é muito importante para nós, agradecemos muito também essa colaboração, e naturalmente agradecemos a colaboração que nos prestaram hoje, que foi muito importante. Muito obrigado.

Eram 13 horas e 20 minutos.